



POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AUTOGOVERNO

LAUREN PIETA CANAN^{1,2}, ODAIR NEITZEL³, CLAUDECIR DOS SANTOS⁴

1 Introdução/Justificativa

Políticas Educacionais e Autogoverno é o título do Projeto desenvolvido junto a Linha de Pesquisa Políticas Educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Ao longo do primeiro semestre de 2019 foram desenvolvidas algumas atividades que, à luz dos objetivos do Projeto, procuraram refletir sobre as Políticas Educacionais e suas relações para com a noção/concepção de Autogoverno. Nesse sentido, os eventos e debates proporcionados pelo Projeto, além de contribuírem para a compreensão e aprofundamento dessa temática – Políticas Educacionais e Autogoverno –, proporcionaram uma reestruturação do Grupo de Pesquisa (Grupo de Pesquisa Educação Filosofia e Sociedade – GPEFS); aquisição de materiais; e, o que consideramos ser de grande valia à continuidade da pesquisa: o início de um diálogo, fundamentado nesse tema, na linha de pesquisa Políticas Educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado em Educação- PPGE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em parceria com pesquisadores de outras instituições.

Em relação ao aprofundamento teórico, a pesquisa está resgatando conceitos e ações que emergiram com a modernidade, a exemplo da *instrução pública*. Essa ação, segundo o professor Carlos Roberto Jamil Cury, não apenas passou a ser uma função e dever do Estado Moderno, mas uma tarefa que expressava um desejo: “após o impulso interventor inicial da instrução primária, o indivíduo pudesse se autogovernar como ente dotado de liberdade e

¹ Graduação em Ciências Sociais, UFFS, campus Chapecó. Contato: laurenpietacanan@gmail.com

² Grupo de Pesquisa Educação, Filosofia e Sociedade (GPEFS)

³ Doutor em Educação, UFFS, campus Chapecó. Contato: odair.neitzel@uffs.edu.br

⁴ Doutor em Filosofia, UFFS, campus Chapecó. Orientador. Contato: claudedir.santos@uffs.edu.br



capaz de participar de uma sociedade de pessoas livres” (CURY, 2014, p. 16). É nesse cenário: Modernidade, Estado, Legislação; Políticas Educacionais; Autogoverno..., que o Projeto se inscreve. Em síntese, podemos dizer que as produções científicas resultantes desse Projeto pretendem mostrar que *das* e *nas* promessas da modernidade ainda residem possibilidades para a conquista de uma vida instruída, cuidada e, por consequência, autogovernada.

Os estudos acerca dessa temática estão destacando a importância das ações para manter o Estado Democrático de Direito como um propulsor de políticas educacionais. A problematização e aprofundamento desse debate tem justificado a relevância do Projeto. Assim sendo, apresentar alguns resultados dessa pesquisa na IX Jornada de Iniciação Científica e Tecnologia (IX JIC) da UFFS, é uma oportunidade profícua para os objetivos do Projeto.

2 Objetivos

Entre os objetivos do Projeto Políticas Educacionais e Autogoverno, pode-se destacar, de modo geral, a intenção de refletir acerca da ressignificação simbólica da noção de formação com vistas para o autogoverno no contexto da sociedade contemporânea. Dessa forma, ao longo da vigência do Projeto, tem-se procurado: envolver graduandos/as dos cursos de licenciaturas e mestrands/as em Educação no debate acerca das imbricações entre políticas educacionais e autogoverno; observar, frente às mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais das últimas décadas, como às políticas educacionais fomentam e promovem processos formativos para o autogoverno de seres humanos ao longo de seu percurso formativo, em especial na educação básica; compreender como as tecnologias de comunicação e interação social têm potencializado, restringido e alterado o modo como os sujeitos se constituem capazes de autogoverno; problematizar os novos sentidos e significados atribuídos às instituições educacionais, e as possíveis fragilizações dessas atribuições para uma formação com vistas ao autogoverno.

3 Material e Métodos



A perspectiva epistemológica do Projeto está centrada na hermenêutica interpretativa. Portanto, busca compreender os fundamentos e princípios nos quais este tema se sustenta, para, a partir desta compreensão, oferecer reflexões para tematizar o tema no contexto contemporâneo. Considerando que as pesquisas e demais produções científicas emergentes do Projeto são de natureza bibliográfica e documental, os materiais adquiridos, utilizados e produzidos são, também, dessa natureza.

4. Resultados e Discussão

Como resultado, conforme foi destacado na Introdução, o Projeto já proporcionou a reestruturação do Grupo de Pesquisa (GPEFS); aquisição de materiais (Computador); Realização de eventos (Conferência: Conservadorismo Moral e Liberdade Humana; I Seminário de Políticas Educacionais e Autogoverno); produção científica (Artigo: “Políticas Educacionais e Autogoverno: dos sintomas e promessas da modernidade à conquista de uma vida instruída, livre e liberta”, apresentado no evento: SemiEdu 2019, na Universidade federal do Mato Grosso); criação de um site (<https://www.gpefs-uffrs.com>), além de outras ações envolvendo o Grupo de Pesquisa, pesquisadores do Projeto e professores da Linha de Pesquisa Políticas Educacionais e Autogoverno do PPGE da UFFS.

4 Conclusão

A instrução “inicialmente aberta somente para os que dispõem de recursos, dado o caráter desigual da sociedade, e caminho para aqueles que viriam a se afirmar como quadros de inteligência no aparato do Estado” (CURY, 2014, p. 16), aos poucos, foi se tornando pública, como função e como dever do Estado. No presente, e para o futuro, continuar problematizando esse “autogovernar-se através da instrução”, além de não abrir mão de uma promessa, é uma tarefa para quem acredita nas potencialidades da educação.



Referências

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e Direito à Educação no Brasil: um histórico pelas constituições. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

ESTEBAN, M. P. **Pesquisa qualitativa em Educação: fundamentos e tradições**. Tradução Madalena Requixa. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005. v. 3

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica (em) crise: uma exploração da hermenêutica da construção do Direito*. 11 ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

Palavras-chave: Educação; Políticas Educacionais; Autogoverno.

Financiamento

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FAPESC - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA FAPESC Nº 03/2018 FOMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA UFFS